

ECONOMIA VERDE E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Marcelo Macedo Guimarães – mmgpvh@hotmail.com
Davy Ítalo Ribeiro da Silva - davyitalo@outlook.com
Eugenio Avila Pedrozo - 00010312@ufrgs.br
Mariluce Paes de Souza - mariluce@unir.br

* Submissão em: 24/11/2021 | Aceito em: 25/11/2021

RESUMO

O presente artigo tem como temática a economia verde e a responsabilidade socioambiental das organizações, fundamentada numa revisão literária. Diante da utilização dos recursos naturais desde os primórdios, e de forma pujante a partir da Revolução Industrial, alguns impactos sociais, econômicos e ambientais foram sendo identificados, sendo necessário uma tomada de decisão com vistas a recuperar ou no mínimo amenizar a degradação do meio ambiente por intermédio de uma responsabilidade das empresas e com o uso da economia verde. Trazendo como objetivo principal apresentar os desafios de implantar a economia verde nas organizações que desenvolvem um trabalho com responsabilidade socioambiental. Os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa foram uma revisão literária, com abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa descritiva do tipo bibliográfica. Os resultados apontaram que existem alguns desafios que se apresentam para a implantação da economia verde nas organizações, entretanto, apesar dos desafios para a implantação da economia verde é extremamente relevante que a organização se mantenha responsável para com o meio ambiente e a sociedade.

Palavras-chave: Economia Verde. Responsabilidade Socioambiental. Organização. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

GREEN ECONOMY AND THE SOCIO-ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY OF ORGANIZATIONS: A LITERARY REVIEW

ABSTRACT

This article has as its theme the green economy and the socio-environmental responsibility of organizations, based on a literary review. Given the use of natural resources since the beginning, and vigorously since the Industrial Revolution, some social, economic and environmental impacts have been identified, requiring decision-making with a view to recovering or at least alleviating the degradation of the environment through corporate responsibility and the use of the green economy. Its main objective is to present the challenges of implementing the green economy in organizations that develop work with social and environmental responsibility. The methodological procedures adopted for this research were a literary review, with a qualitative approach, being a descriptive research of the bibliographic type. The results showed that there are some challenges for the implementation of the green economy in organizations, however, despite the challenges for the implementation of the green economy, it is extremely important that the organization remains responsible for the environment and society.

Key words: Green Economy. Social and Environmental Responsibility. Organization. Environment. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do termo economia verde perpassa pela possibilidade de tornar uma sociedade mais sustentável, sendo definida como aquela que trabalha para a redução dos riscos ambientais e da escassez dos recursos naturais, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida do ser humano e da isonomia (UNEP, 2011). Nesse sentido, esta pesquisa traz como problemática: quais os desafios encontrados pelas organizações que utilizam a economia verde para desenvolver um trabalho com responsabilidade socioambiental?

Para tal problemática levantou-se a seguinte hipótese: no atual cenário econômico e social, as empresas têm sido cobradas pela sociedade a tomarem uma postura socialmente responsável, buscando minorar não somente as desigualdades sociais, mas também levando em conta todo o impacto negativo provocado por suas atividades de produção. Haja vista, todos os aspectos ambientais, sociais e econômicos que geram preocupações no atual momento, as empresas buscam cada vez mais investir em ações socialmente responsáveis.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que no Brasil, o tema de responsabilidade social e economia verde nos negócios, está em desenvolvimento. Todavia, a expectativa é grande, concernente a difusão do ideário social no meio empresarial brasileiro. Algumas empresas que atuam no Brasil têm como pauta constante a temática responsabilidade social.

Muitas empresas já perceberam que atuar contribuindo para o bem-estar da comunidade e do meio ambiente é o divisor de águas entre as empresas que se omitem, e as que atuam positivamente em seu meio, respeitando e valorizando as diversas questões envolvidas no processo econômico. E diante desta circunstância, a preocupação com a responsabilidade socioambiental tornou-se um diferencial que agrega valor a imagem da empresa diante da sociedade, aumentando a sua credibilidade e dando-lhe sustentabilidade no mercado (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005).

Neste artigo, os procedimentos metodológicos utilizados, foram: uma pesquisa científica de abordagem qualitativa, quanto ao ponto de vista de seus objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva com o método de abordagem dedutivo. Sendo a classificação da pesquisa do tipo bibliográfica com uma revisão literária, apresentando o pensamento dos principais teóricos sobre a temática para conseguir informações e/ou conhecimentos acerca da problemática em questão.

Objetivando apresentar os desafios de implantar a economia verde nas organizações que desenvolvem um trabalho com responsabilidade socioambiental; demonstrar os efeitos da

utilização dos recursos naturais e os impactos ambientais; identificar a relevância da responsabilidade socioambiental nas organizações; e, descrever os conceitos e importância do desenvolvimento sustentável e da economia verde. Visto que a degradação do meio ambiente acentuou-se com advento da Revolução Industrial no século XVIII, com a chegada da máquina a vapor quando ocorreram mudanças significativas no ambiente corporativo, econômico e social, trazendo o progresso, mas em contrapartida lesionando o meio ambiente.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Utilização dos recursos naturais e os impactos ambientais

Com o advento da industrialização no mundo, o progresso chegou para as empresas e sociedade em geral de forma pujante. A expressão Revolução Industrial segundo Figueira (2005, p. 123) “tem sido usada para designar um arcabouço de transformações econômicas, sociais e tecnológicas que teve início na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII”. Mudou a forma de trabalho e conseqüentemente o modo de pensar das pessoas. E a partir deste especial momento tornou-se um processo contínuo, passando por várias fases e se expandindo por muitos outros países. O que era realizado manualmente e de forma artesanal e natural passou a ser industrializado.

De acordo com Figueira (2005) a revolução industrial impulsionou o desenvolvimento do capitalismo. Revalidando cada vez mais as noções de lucro e de produtividade, embasando o desenvolvimento de uma mentalidade voltada para o enriquecimento e para o acúmulo de riquezas: o pensamento empresarial capitalista. Com todas as invenções da época os comerciantes perceberam as possibilidades e oportunidades de aumentar a produção através do sistema fabril.

Karkotli e Aragão (2005) afirmam que nesse processo de industrialização a disputa para que houvesse um desenvolvimento e crescimento econômico das empresas impossibilitou que gestores tivessem uma visão dos critérios utilizados no uso dos recursos naturais, o que ocasionou o processo de deterioração e poluição do meio ambiente.

O meio ambiente está sendo deteriorado. E partindo do princípio que o planeta terra necessita de recuperação, conservá-lo deve ser a preocupação de todos, inclusive das empresas. Tendo em vista que estas são as mais responsáveis por este processo. Segundo Figueira (2005, p. 123) “as fábricas alavancaram o desenvolvimento das grandes cidades com um novo cenário

alastrado por chaminés e por multidões de trabalhadores, sendo marcado principalmente por sério desequilíbrio ambiental”.

Os resíduos industriais e os gases poluentes produzidos pelas empresas são lançados nos rios, na atmosfera, na terra, e a sociedade em geral está sujeita a doenças e o meio ambiente está devastado, arruinado. E este crescimento acelerado era reconhecido como o necessário para o desenvolvimento das empresas, e, conseqüentemente, do país. Entretanto, o problema que se apresentava era que o crescimento econômico no mundo, considerando as últimas décadas foi paulatinamente degradando o meio ambiente pelo uso dos recursos naturais de forma demasiada (NAIME, 2016).

Corroborando com o autor supracitado, Hansel e Ruscheinsky (2017, p. 80) afirmam que os recursos naturais foram explorados ou saqueados de maneira inapropriada para a fabricação de produtos, visto que são insumos que em sua maioria não são renováveis, acarretou a exaustão de tais recursos, ameaçando, inclusive, de extinção algumas espécies de animais e vegetais.

Alguns fatores são apresentados por Naime (2016, p. 1), como determinantes para as questões de cunho socioambientais, sendo:

A intensificação de problemas socioambientais como os processos de urbanização acelerada, o crescimento e a desigual distribuição demográfica, a expansão descontrolada do uso de energia nuclear, com finalidades bélicas ou pacíficas e o consumo excessivo de recursos não-renováveis mobilizou os recursos da precaução. Também os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo, a contaminação tóxica dos recursos naturais, o desflorestamento, a redução da biodiversidade e da diversidade cultural, a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático.

Aos poucos surgiram métodos cada vez mais eficientes para a produção que antes era manufatureira, para uma produção em série, Figueira (2005) leciona que as fábricas modificaram a sociedade de forma definitiva, introduzindo seus produtos fabricados em larga escala e alterando as relações de trabalho e a paisagem.

Tinoco e Kraemer (2008) ressaltam que, a Inglaterra, berço da Revolução Industrial, no ano de 1952, percebeu-se que a utilização desgovernada dos recursos do meio ambiente causou a degradação ambiental, e não apenas isto, mas também ocasionando graves problemas de saúde nas pessoas.

Acrescentam ainda que, a grande maioria das empresas industriais, em especial as que trabalhavam com geração de energia elétrica consumiam o carvão em sua queima. Porém, não executavam o devido tratamento dos gases emitidos, o que provocava o lançamento de enxofre

e material particulado na atmosfera, propiciando um fenômeno denominado de *smog*, que reflete em poluição do ar (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Diante de todos esses processos que levaram à degradação do meio ambiente, no século XVIII, houve uma preocupação de alguns estudiosos do meio científico quanto à forma desenfreada com que o progresso tecnológico se instalou, percebendo-se a necessidade de determinar algumas áreas que pudessem limitar a ação transformadora do homem, tornando-as intocáveis (CURI, 2011). Iniciando a preservação de áreas onde o homem não poderia utilizar os recursos naturais, para amenizar os impactos causados.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 116) conceituam impacto ambiental como “a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade. Estas alterações precisam ser quantificadas, pois apresentam variações relativas, que podem ser positivas ou negativas, grandes ou pequenas”.

Não obstante, o termo impacto ambiental, ter sido percebido há algum tempo, somente foi definida precisamente nos anos 70 e 80, com a percepção de estabelecimento de diretrizes e critérios para avaliar os efeitos na ação humana (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Os mesmos autores ressaltam ainda que, o impacto ambiental não é qualquer alteração produzida pelo homem em suas atividades, mas alterações que provoquem um desequilíbrio e excedam a capacidade de absorção desse ambiente. O que se observa, é que os mais significativos impactos ambientais, se encontram nas regiões industrializadas, que oferecem mais oportunidades de emprego e infraestrutura social (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Em muitos países surgiram leis que legislavam a atividade industrial no que se referia à poluição, em meados da década de 80. E com este novo conceito, foi formalizada a realização dos Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA - Rimas), realizadas através de audiências públicas.

No Brasil, o EIA - Rimas foi implementado pela Lei nº 6.938/81 e pela Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), trazendo o seguinte texto no Artigo 2º - Dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Conforme Tinoco e Kraemer (2008) os impactos ambientais tem como objetivo principal avaliar as consequências oriundas das ações do homem, de projetos ou programas que

possam causar algum desgaste ao meio ambiente, e assim é estabelecida a prevenção da qualidade de determinado ambiente.

Os estudos de impactos ambientais têm como objetivo detectar e caracterizar os impactos ambientais, ocorrentes ou passíveis de ocorrência em determinado empreendimento que será instalado na região. Tendo assim meios de minimizar a poluição através de projetos e medidas coercivas para menor impacto.

No entanto, atualmente, o grande desafio tem sido o de harmonizar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Nas considerações de Karkotli e Aragão (2005, p. 23):

Atualmente a realidade das empresas engloba todos os interesses de proprietários, dirigentes e trabalhadores, assim como as ações referentes às responsabilidades de que estão imbuídas: como a qualidade intrínseca de seus produtos; o padrão dos serviços prestados; proteção e preservação do meio ambiente, bem como os efeitos diretos de sua atividade sobre o bem-estar da comunidade.

E neste novo ambiente globalizado, o comportamento das organizações tem se voltado para uma atuação socialmente responsável, haja vista que a sociedade está cada vez mais exigente, vigilante e seletiva.

2.2 Responsabilidade socioambiental e as organizações

Responsabilidade social é o comprometimento que empresas e cidadãos têm com o desenvolvimento e qualidade de vida de seus clientes internos e externos, no ambiente em que se encontram inseridos. Ashley (2003, p. 7) afirma que “a responsabilidade social pode ser também o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral”. Deste modo, a empresa que age com responsabilidade social atua positivamente para com a sociedade.

O termo responsabilidade social pode provocar os mais diversos entendimentos, pois para algumas pessoas é uma obrigação legal, para outros um dever fiduciário, alguns interpretam como uma caridade, há aqueles que entendem como uma responsabilidade consciente, dentre outros (ASHLEY 2003).

Desta forma, o que se analisa é que a organização socialmente responsável age não apenas para cumprir suas obrigações legais, mas principalmente para contribuir com o desenvolvimento social, colaborando para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A responsabilidade social corporativa, nas palavras de Mijatovic e Stokic (2010), possibilita uma interação das atividades relacionadas ao bem-estar social e as questões

ambientais, surgindo assim a responsabilidade socioambiental das organizações, provocando uma gestão voltada para aos impactos ambientais ocasionados pelos processos produtivos da empresa. Vários fatores de ordem mundial influenciaram o surgimento da responsabilidade social nas empresas. Em 1916, Henry Ford, se recusou a distribuir os dividendos, para reverter estes valores em aumento de salários, investimento na produção e fundo de reserva devido redução de preços dos carros (ASHLEY, 2003).

Entretanto, os Dodges, também acionistas, foram favorecidos pela Suprema Corte de Michigan, determinando que os lucros das corporações devessem ser revertidos para os acionistas, e não usá-los para outros objetivos (ASHLEY, 2003).

Outro fato interessante foi que na década de 60 a Europa e a França se manifestaram contra os efeitos das armas químicas na guerra do Vietnã, que afetaram o meio ambiente e a população, colocando em risco a sobrevivência da natureza e dos seres humanos (SILVEIRA, 2005). O que fortaleceu as instituições como: igrejas e fundações e passou-se a repensar uma nova postura ética diante da sociedade.

Silveira (2005) reforça que:

As empresas nos EUA foram pioneiras em prestar conta ao público de suas ações sociais, advindo, daí, a idéia de balanço social. Entretanto, foi a França, a primeira nação a tornar obrigatória a prestação de contas dos investimentos das empresas, com número de funcionários acima de 300 funcionários. Dessa forma, estava plantada a semente de entrada das empresas no universo de co-partícipe da responsabilidade social.

No Brasil, esta concepção foi reforçada com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), promovendo seminários, congressos, palestras na década de 1970, promovendo a princípio o debate sobre o balanço social. E a partir daí, as empresas passaram a reconhecer sua função social, buscando uma consciência do empresário no que diz respeito às responsabilidades sociais (ASHLEY, 2003).

Tendo em vista que, as instituições produzem influências positivas quando beneficiam o ambiente através de suas decisões, ou negativas quando trazem prejuízos ao ambiente, as mesmas passaram a preocupar-se com obrigações sociais (CHIAVENATO, 2004). Preocupação esta, provocada por movimentos ecológicos e de defesa do consumidor, surgindo então duas posições opostas a respeito do tema responsabilidades sociais, o modelo *shareholder* que é contrária à responsabilidade social e o *stakeholder* com uma posição favorável à responsabilidade social das organizações (CHIAVENATO, 2004). Sendo salientado por

Lourenço et al (2002) no contexto atual a gestão empresarial não pode se voltar apenas para os interesses de sócios e acionistas (*shareholders*), tornando-se insuficiente.

Nas considerações de Silveira (2005) este tema consolidou-se nos anos, de 1990 a 2003, influenciado pelos seguintes fatores:

- a) a reorganização do capital, que muda o cenário econômico, tendo como pilar a competitividade mundial, regional e local, exigindo um perfil para a indústria e os trabalhadores;
- b) aumento das condições de pobreza e da degradação ambiental, que culminou com os movimentos impactantes da ECO;
- c) a Campanha contra a fome, de Betinho;
- d) o fortalecimento dos movimentos sociais;
- e) as profundas transformações do mundo contemporâneo, provocando a incerteza e a instabilidade como fatores ameaçadores à sobrevivência das organizações empresariais, ao mesmo tempo em que fortalece a valorização do conhecimento e do progresso;
- f) a insuficiência do papel do Estado, implicando nas graves críticas às políticas públicas, marcadas pelo assistencialismo, a insuficiências dos recursos, a privatização dos serviços sociais;
- g) o crescimento da violência urbana, dentre outros.

A responsabilidade social é utilizada como uma estratégia organizacional para alavancar o crescimento e desenvolvimento da empresa. Sendo estas empresas responsáveis socialmente tornam-se agentes de uma inovação cultural empresarial e de mudança social, assim como produtoras de valor para todos os envolvidos na organização, que vai desde os colaboradores e acionistas até a comunidade. E isto as destaca, possibilitando maior sucesso e sustentabilidade da organização no ambiente mercadológico (INSTITUTO ETHOS, 2009).

O Instituto Ethos (2009) reitera ainda que, tem por missão sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, firmando parcerias na construção de uma sociedade sustentável e justa.

Compartilhando do mesmo entendimento do Instituto Ethos, Young (2020) aponta que:

As empresas são poderosos agentes de transformação e que ao adotarem um comportamento socialmente responsável podem construir, com o Estado e a sociedade civil, um país e um mundo melhores, abrir perspectivas de maior sucesso empresarial, tornar-se mais eficientes e capazes de influenciar políticas públicas que favoreçam cidadãos e comunidades.

É precípuo e premente que as empresas se sintam responsáveis pelo ambiente de onde captam seus recursos e onde depositam seus resíduos, e pela sociedade, comunidade onde estas estão inseridas (ASHLEY, 2003). Para tanto se faz necessário conciliar os interesses e objetivos

organizacionais com os objetivos dos indivíduos, enquanto participantes de todo o processo e parceiros da organização (SROUR, 2003).

A ética está inerente às organizações, Karkotli e Aragão (2005, p. 27) abordam que “a questão da ética nos negócios por muito tempo foi considerada de importância menor, assunto preferido de religiosos, com a justificativa de que no universo empresarial nem sempre é possível tomar decisões com clareza do certo e do errado [...]”.

Acrescentando ainda que as empresas têm uma constante motivação para alcançar e manter a vantagem competitiva no mercado globalizado, tendo suas tomadas de decisões pautadas na ética, tendo em vista que as ações tomadas pelas organizações provocam determinadas consequências, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005).

A temática tem sido discutida amplamente nas últimas décadas, e isto tem reforçado uma visão de desenvolvimento sustentável, incluindo também a economia verde. Não obstante, ser um grande desafio, transforma condutas antes agressivas, em posturas eticamente corretas sem dissociar questões econômicas das posições éticas e morais.

2.3 Desenvolvimento sustentável e a economia verde

A conscientização da sociedade sobre a importância de diretrizes que norteiam as ações e decisões empresariais, são extremamente relevantes não somente no tocante a questões econômicas e legais, mas, sobretudo, e principalmente no que se refere às responsabilidades ambientais, sociais, éticas e morais.

Na Conferência Rio-92, foi regulamentada a Política Nacional de Educação Ambiental por intermédio da Lei nº 9.795/1999. Nas considerações de Rodrigues e Colesanti (2008), a Educação Ambiental passou a ser integralizada no contexto escolar de forma abrangente e diversificada, tendo uma orientação voltada para a sustentabilidade.

Já na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, sendo classificada de Rio +20, realizada em Joanesburgo, em 2002, o foco do evento era destinado ao Desenvolvimento Sustentável, entretanto, se caracterizou pela economia verde que foi considerada como uma ferramenta para desenvolvimento sustentável, assim como destinado à redução da pobreza (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

A sustentabilidade surge em momento de muitas expectativas relativas à globalização, provocando um marco divisório entre a corrida para o crescimento econômico e a sobrevivência

humana. Leff (2001) aponta que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político com vistas a nortear o ordenamento ecológico, descentralizando a produção territorial, considerando ainda a diversificação dos diversos tipos de desenvolvimentos, assim como da forma de vivências das comunidades.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), o desenvolvimento sustentável insere uma dimensão ética e política considerando o desenvolvimento que perpassa por um processo de mudança social, diante da democratização de acesso aos recursos naturais e da mesma maneira distribuindo igualmente os custos e benefícios do desenvolvimento.

Além da isonomia social e equilíbrio ecológico, existe uma terceira ramificação que é o desenvolvimento econômico. Fortalecendo a harmonia entre extração de recursos, tecnologia e investimentos financeiros (TINOCO; KRAEMER, 2008).

O desenvolvimento sustentável é demonstrado em cinco dimensões, conforme figura abaixo.

Figura 1: As cinco dimensões da sustentabilidade



Fonte: Tinoco e Kraemer (2008)

A **sustentabilidade social** – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

A sustentabilidade econômica – que deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

A sustentabilidade ecológica – que pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem.

A sustentabilidade espacial – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

A sustentabilidade cultural – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Jacobi (2003, p. 191) ressalta que “a preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades”.

Quando se estabelece parâmetros para um processo de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, é extremamente importante que empresas e indivíduos participem ativamente. Esta participação leva a integralização das comunidades que estão no entorno da organização. E fazendo parte do processo de produção e aproveitamento dos recursos ambientais renováveis ou recicláveis, promove-se um desenvolvimento norteado pelo conceito de economia verde.

2.3.1 Economia verde e seus desafios para as organizações

Já a economia verde teve seu lançamento registrado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), diante de uma crise financeira no ano de 2008. Tendo como objetivo reforçar e oportunizar adesão de práticas mais voltadas para a sustentabilidade, e com um foco direcionado para um plano global que resultaria na transição da economia convencional para a economia verde (PAVESE, 2011).

O PNUMA traz a seguinte definição de Economia verde, como sendo “aquela que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (UNEP, 2011, p. 17).

Ainda de acordo com o PNUMA, a economia verde não visa o favorecimento de um ou outro viés político, mas é extremamente relevante para todas as economias quer sejam controladas pelo Estado ou pelo ambiente mercadológico. Nem tampouco tem como interesse a substituição do desenvolvimento sustentável, mas sobretudo expandir tal desenvolvimento em níveis nacional, regional e global (UNEP, 2011).

O Brasil tem passado por um período de desindustrialização desde o final da década de 1980, e vem se apoiando cada vez mais em atividades primárias, voltadas para a agropecuária e mineração, sendo este o cerne inicial da economia brasileira que foi pautada em exportação associada à exclusão social (YOUNG, 2016).

Não obstante, foi palco da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), evento este que tinha como firmar o conceito de economia verde como um marco norteador de resolução para a sustentabilidade, integrando as instituições locais, assim como governos, empresas e organizações da sociedade civil (YOUNG, 2016).

Algumas instituições governamentais, no início do século 21 ressaltaram a importância de uma “nova revolução industrial”, fundamentada em princípios sustentáveis, surgindo então a economia verde. Este novo processo econômico utiliza desde a extração sustentável de recursos naturais à reciclagem de resíduos já utilizados e descartados, formando assim três pilares, a saber: tecnologia de menor impacto ambiental, iniciativas empresariais e a consciência coletiva da população (PENSAMENTO VERDE, 2013).

De acordo com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE (2012, p. 21)

Para a maioria dos autores, economia verde e desenvolvimento sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam mudança de paradigma, mas apenas a introdução de tecnologias mais limpas. Já o conceito de desenvolvimento sustentável, sim, ao envolver outras dimensões além da tecnológica, como desafios sociais, compromissos com o futuro, revisão de padrões de consumo e até mesmo mudança de paradigmas econômicos e civilizatórios. Há a expectativa entre os ambientalistas de que os consumidores ecologicamente mais conscientes do século 21 contestem o sistema produtivo atual, pressionando por novos padrões de produção e consumo.

Diante de uma visão de luta pelo cuidado com o meio ambiente e que este é escasso em seus recursos, percebe-se que como já relatado a degradação do meio ambiente resultou em mudanças climáticas e outros fatores que prejudicam a vida no planeta.

Moraes (2017) reforça que a economia verde tem como foco a valorização das tecnologias produtivas e sociais, buscando o desenvolvimento e crescimento de métodos de produção que tenham em sua essência a sustentabilidade socioambiental.

O relatório do PNUMA, “Rumo a uma Economia Verde”, veio desmistificar alguns conceitos relacionados ao tema. Sendo considerado um dos mitos mais predominantes aquela construção de que há incompatibilidade entre a sustentabilidade ambiental e o progresso econômico (UNEP, 2011).

Um outro mito é considerar a economia verde um luxo, sendo possível utilizar somente em países ricos, ou até mesmo enxergá-la como um passo para estagnar o desenvolvimento ou contribuir para a permanência da pobreza nos países ainda em desenvolvimento (UNEP, 2011).

Nas palavras de Louredo (2012), a conceituação de economia verde não muda o conceito de desenvolvimento sustentável, porém uma visão que tem crescido é de que não se pode concretizar a sustentabilidade sem ter como base um modelo econômico adequado. Embora a sustentabilidade tenha prazo longo de realização, para alcançar o objetivo traçado é essencial fazer uso de uma economia cada vez mais verde

Um grande desafio apontado pelo PNUMA “[...] é conciliar as aspirações de desenvolvimento econômico dos países ricos e pobres em competição em uma economia mundial que enfrenta uma crescente mudança climática, insegurança energética e escassez ecológica” (UNEP, 2011, p. 17).

Entretanto, percorrendo um caminho de redução do carbono, promovendo a eficiência dos recursos e da energia e a diminuição da degradação ambiental, as organizações que fizerem uso da economia verde conseguirão superar esse desafio (UNEP, 2011).

Um exemplo de que a economia verde tem dado bons resultados está no seguinte relato:

O Brasil percebeu os benefícios da união entre empresas e sustentabilidade e mostra que é possível conciliar o desenvolvimento de produtos e a preservação da biodiversidade. Alguns bons exemplos podem ser destacados, o primeiro deles é encontrado na Floresta Amazônica, o curauá, uma bromélia com fibras resistentes, flexíveis e duráveis, que pode substituir todas as aplicações da fibra de vidro e que agora faz parte da matéria-prima de uma fabricante de autopeças de São Bernardo do Campo (SP) (PENSAMENTO VERDE, 2013).

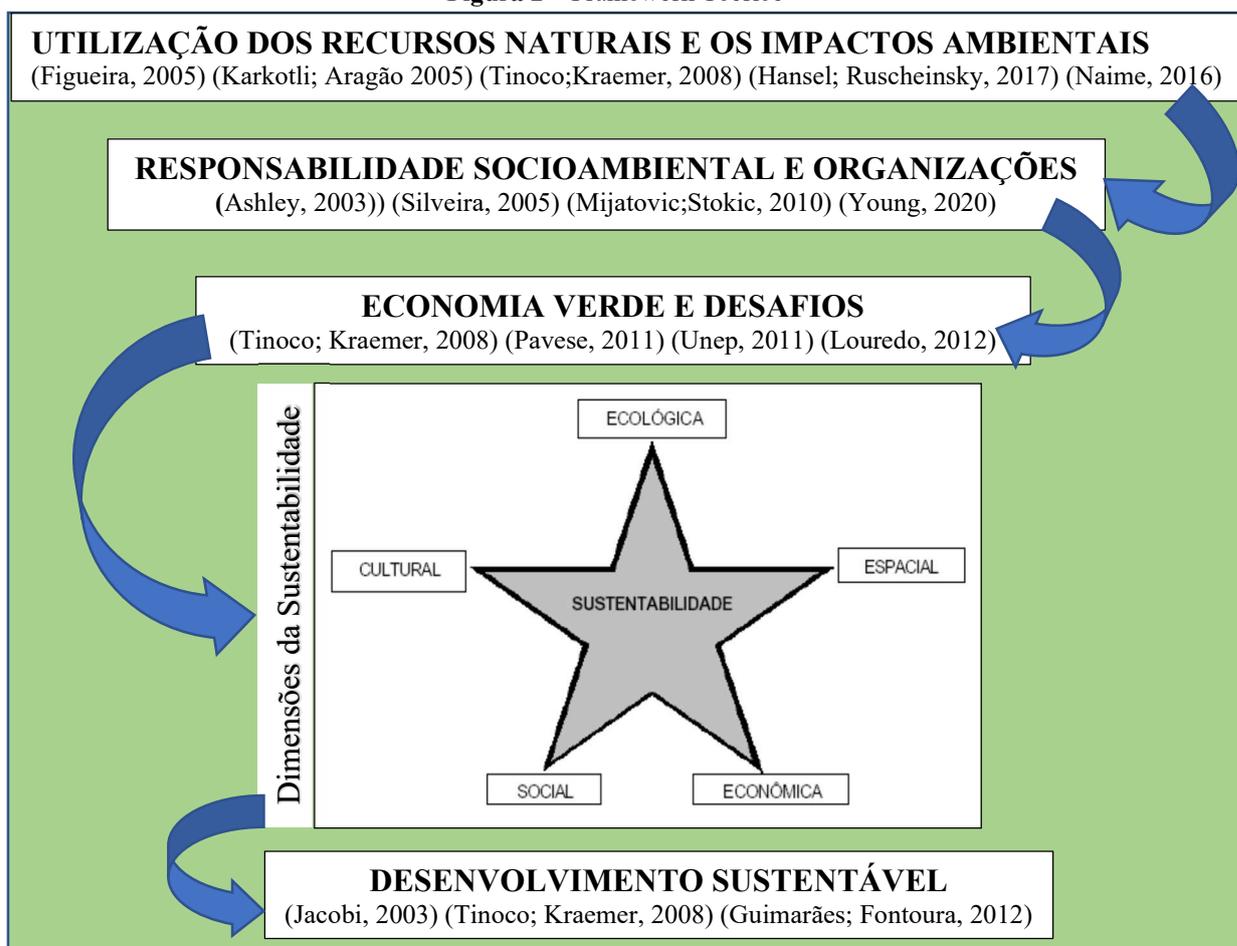
Em uma reunião do Conselho Superior de Inovação e Competitividade (Conic) da Fiesp e o CGEE, com vistas a ampliar a visão do setor industrial com relação à economia verde, o entendimento que se teve foi de que o desafio que se apresenta está na efetivação e criação dos mecanismos para a implementação do que voltada para o conceito de economia verde (CGEE, 2012). Ou seja, os desafios encontrados estão nas ações que provoquem ajustes em todas as estruturas que envolvem a economia verde.

Deste modo, percebe-se que as organizações que trabalham com responsabilidade socioambiental têm na economia verde um parâmetro a ser utilizado, buscando junto aos órgãos governamentais subsídios que fortaleçam e amparem a utilização da economia verde.

2.3.2 Framework Teórico das discussões dos autores

Com base na discussão dos autores em estudos, elaborou-se um framework combinando as discussões dos autores, utilizando como elemento central as cinco dimensões da sustentabilidade, ilustrada na figura 1 de Tinoco e Kraemer (2008), demonstrando a relação sistêmica que há na utilização dos recursos naturais e seus impactos ao meio ambiente, associando para com a responsabilidade socioambiental, organizações, economia verde e seus desafios para o desenvolvimento sustentável.

Figura 2 – Framework Teórico



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da figura 2 é possível verificar a relação dos conceitos teóricos dos principais

autores que embasam este estudo. A representação demonstra que a expectativa do desenvolvimento, sobretudo, sustentável, não pode haver sem que haja a exploração dos recursos naturais, visto que as necessidades humanas constituem um dos cinco elementos da sustentabilidade (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Outro ponto é que a exploração gera impactos ambientais, que são potencializados pelas atividades empresariais, viés econômico dominante e cultura dominante das formas organizacionais. Nesse aspecto há a caracterização da responsabilidade socioambiental às organizações. Nesse sentido, as discussões sobre economia verde interagem na sistemática da utilização dos recursos naturais pelas organizações, mas com vistas a minimização dos impactos às dimensões apontadas por Tinoco e Kraemer (2008), caracterizadas como sendo os desafios da economia verde para o desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, por meio de uma análise interpretativa, fazendo uso de uma diversidade de estratégias com suas especificidades a fim de apresentar as contribuições da economia verde associada à responsabilidade socioambiental e a interação entre os dados encontrados, com a utilização de procedimentos de acordo com suas peculiaridades (SAUNDERS, LEWIS e THORNHILL, 2012).

Foi realizada uma revisão da literatura a partir da busca de material já publicado, livros, artigos, periódicos, teses e dissertações sobre o assunto estudado. As bases onde realizou-se a busca dos períodos foram a plataforma CAPES, Scielo e Google acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante anotar que o referido trabalho aqui apresentado, teve por objetivo central, apresentar os desafios de implantar a economia verde nas organizações que desenvolvem um trabalho com responsabilidade socioambiental. Para tanto, foi realizada uma revisão literária com os teóricos da área para se obter uma melhor visão da temática proposto.

Os resultados responderam a problemática levantada nesta pesquisa, apontando que existem alguns desafios encontrados pelas organizações que tem como objetivo utilizar a economia verde para o desenvolvimento de um trabalho com responsabilidade socioambiental. Sendo encontrados desafios que se apresentam nos ajustes estruturais de implantação, o que

poderá ser solucionado buscando o apoio de instituições governamentais a fim de readequar-se para implementar esse modelo econômico.

Ao demonstrar os efeitos da utilização dos recursos naturais e os impactos ambientais, observou-se que desde os tempos mais remotos o homem utiliza os recursos naturais. E com a chegada da industrialização este fato propagou-se com mais força e de forma desregrada, ocasionando a deterioração do meio ambiente.

É preciso que haja um entendimento das organizações, órgãos governamentais e sociedade para o uso responsável dos recursos naturais. Deste modo, é possível identificar a relevância da responsabilidade socioambiental nas organizações, visto que estas utilizam os recursos encontrados na natureza e muitos não são renováveis, sendo assim torna-se primordial que as empresas sejam responsáveis e fazendo o uso da responsabilidade socioambiental alcança uma vantagem competitiva no mercado.

Para tanto foi abordado os conceitos e importância do desenvolvimento sustentável e da economia verde, sendo estes conceitos não substituíveis, mas sobretudo complementares. Nota-se que o desenvolvimento sustentável integra dimensões que exige uma mudança social. E a economia verde busca melhorar o bem-estar das comunidades de forma igualitária, reduzindo os impactos ambientais e a escassez dos recursos ecológicos.

Há que se mencionar que os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, foram alcançados, assim como foi capaz de responder à hipótese aventada que buscou afirmar se as empresas têm sido cobradas a estabelecerem uma postura socialmente responsável, buscando diminuir as desigualdades sociais e reduzir os impactos que lesionam o meio ambiente.

Desse modo, conclui-se que a utilização da economia verde pelas organizações é considerada como um instrumento de construção e organização das empresas que buscam dispor de uma responsabilidade socioambiental, encontrando desafios, mas superando-os diante dos benefícios apresentados pela postura aprimorada. Contribuindo para que as organizações alcancem seu objetivo maior que é alcançar a competitividade no mercado local, nacional e global.

Esta pesquisa também objetiva contribuir de alguma forma para estimular a busca por novas pesquisas neste campo de estudo, como uma maneira de alargar a visão e obter mais conhecimento sobre a economia verde, responsabilidade socioambiental das organizações para o desenvolvimento sustentável. Sugere-se para novas pesquisas, associar os conceitos teóricos demonstrado no framework, figura 2, com outras teorias que contribuam para o conhecimento

e compreensão do fenômeno discutido na realidade, como por exemplo as contribuições da governança ambiental.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. 1981. Disponível em: <http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf> Acesso em: 10 jun. 2021.
- CGEE. Economia verde para o desenvolvimento sustentável. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Economia_Verde_web_25102013_9537.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. História. São Paulo: Ática, 2005.
- GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio +20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/zgc38BzxyVtgM4Trbps57xC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- HANSEL, Cláudia Maria; RUSCHEINSKY, Aloísio. **Riscos socioambientais e precaução: direitos humanos face a face do consumo**. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade [recurso eletrônico] Marcia Maria Dosciatti de Oliveira et al (org.). Caxias do Sul, RS: Educus, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb_3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: 2.ed. Ed. Vozes, 2005.
- LEFF, H. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes. 2001.
- LOUREDO, P. **O Brasil e a economia verde**. Portal R7 - Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/o-brasil-economiaverde.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- LOURENÇO, Alex Guimarães et al. Ganhos e perdas relacionados ao comportamento social das empresas. **XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba** – PR, 23 a 25 de outubro de 2002. ENEGEP: 2002. Disponível em:

- <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR100_1253.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- MIJATOVIC, I.S.; STOKIC, D. **The influence of internal and external codes on csr practice: the case of companies operating in Serbia.** J. Bus. Ethics, v.94, p.533-552, 2010.
- NAIME, R. **Trabalho e meio ambiente.** In EcoDebate. 15/12/2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/12/15/trabalho-e-meio-ambiente-parte-25-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- PAVESE, H. Delineamentos de uma economia verde. In: GRAMKOW, C.L, PRADO, P.G. (coord.). **Economia verde: desafios e oportunidades.** Política Ambiental/Conservação Internacional, Belo Horizonte, n. 8, jun. 2011.
- PENSAMENTO VERDE. Empresas e sustentabilidade: exemplos de economia verde. 2013. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/economia-verde/empresas-e-sustentabilidade-exemplos-de-economia-verde/?hilite=%27Empresas%27%2C%27sustentabilidade%3A%27%2C%27exemplos%27%2C%27economia%27%2C%27verde%27#>>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- PRAHALAD, C.K.; HAMMOND, Allen. **Servindo aos pobres do mundo, com lucro.** In: Harvard business review. HBR. Agosto 2005.
- RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; COLESANTI, Marlene T. de Muno. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (1): 51-66,** jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/viewFile/9398/5743>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students.** 6 ed. Essex, England: Pearson, 2012.
- SILVEIRA, M. do C.A. da C. **O que é Responsabilidade Social Empresarial?** 2005. Disponível em: <<https://www.aceguarulhos.com.br/blog/o-que-%C3%A9-responsabilidade-social-empresarial/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- SILVA, J. M.; Paes-de-Souza, M.; Souza Filho, T. A.; Passos-da-Silva, R. Custos e Preços da Castanha-da-amazônia nos estados do Acre e Rondônia. In. **Custos e Agronegócio On Line,** v. 13, n. 2, 2017.
- SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: a gestão da reputação.** Rio de Janeiro: Elsever, 2003.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2 Ed. Atlas: São Paulo, 2008.
- UNEP. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.** Nairóbi: ONU, 2011. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/report/rumo-uma-economia-verde-caminhos-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-erradicacao>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Economia verde no Brasil: desapontamentos e possibilidades.** Nº 4 - agosto 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308905825_Economia_verde_no_Brasil_desapontamentos_e_possibilidades/link/57f6e1b808ae280dd0bb37ee/download>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- YOUNG, Ricardo. **Os atuais desafios da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil.** 2020. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/os-desafios-atuais-da-responsabilidade-social-empresarial-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.